

N.F. Nº - 095188.0054/17-6
NOTIFICADO - R. B. NETO MERCADO POPULAR - ME
NOTIFICANTE - EMANOEL NASCIMENTO DA SILVA DANTAS
ORIGEM - IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 01.10.2020

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0269-06/20NF-VD

EMENTA: MULTA. NULIDADE. ELEMENTOS PROBATÓRIOS. INSUFICIÊNCIA. Infração não caracterizada. Falta de comprovação, nos autos, do uso irregular dos equipamentos apreendidos. Inexistência de elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração. Instância única. Notificação Fiscal NULA. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 04/07/2017, exige da Notificada multa no valor de R\$ 27.600,00, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 60.05.02 - Contribuinte utilizou irregularmente o ECF ou qualquer outro equipamento que permita o controle fiscal, inclusive em operações ou prestações realizadas com o uso de equipamento “POS” (Point of Sale) ou similares, não integrados ao ECF, ou utilizados por estabelecimentos diversos do titular para o qual esteja o “POS” vinculado. Obs. Infração Fiscal referente a 02 ocorrência(s) de Penalidade Fixa de ECF.

Enquadramento Legal: art. 202, caput e seus §§3º, 5º, 8º, 9º, 10 e 11 do RICMS do Estado da Bahia, aprovado pelo Dec. 13.780/12 c/c inciso XV do art. 34, art. 35, § 9º do art. 42 da Lei 7.014/96. Multa prevista na alínea “c” do inc. XIII-A do art. 42 da Lei nº 7.014/96, alterada pelas Leis nº 8.534/02 e 12.917/13.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

A Notificada apresenta peça defensiva através de advogado, com anexos, às fls. 23/31, começa alegando que o Ilmoº Agente Fiscal descreveu os fatos como “Apreensão de dois (02) equipamentos TEF/POS/GETNET Série nºs 16168WL33346126 e 14308272004348, vinculados ao CNPJ 21.032692/0001 (Inapto), da empresa RFJ Comercial de Alimentos – Eireli, com endereço na Av. Aliomar Baleeiro, 30/Loja/A, Bairro/São Cristóvão/SSA/BA, sendo utilizados irregularmente pela empresa R. B. Neto Mercado Popular – Me, CNPJ 26.132.020/0001-00, com endereço na Av. Aliomar Baleeiro, 30/Loja/A, Bairro São Cristóvão/SSA/BA em operações ou prestações (SIC) realizadas com o uso dos equipamentos TEF/POS por estabelecimento diverso do titular para qual esteja o TEF/POS vinculado”

Diz que os equipamentos que supostamente estariam servindo ao notificado de forma irregular por estarem supostamente vinculados a CNPJ diverso da notificada, estão VINCULADOS À PRÓPRIA AUTUADA como se verifica dos documentos em anexo.

Como meio de prova, requer ainda que seja oficiada a empresa fornecedora do equipamento para que comprove a titularidade dos equipamentos apreendidos, e desde quando estão vinculados à empresa autuada/notificada, conforme preconiza o art. 133 do Código Tributário Estadual.

Junta ainda, neste ato, os extratos das máquinas apreendidas, para que reste comprovada a vinculação à autuada, ao contrário do que dispôs, com a devida vênia, de forma equivocada a autoridade autuante.

Face o exposto, requer seja julgada improcedente a autuação/notificação fiscal.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide, exige da Notificada multa no valor de R\$ 27.600,00, e é composta de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

Em preliminar, entendo pertinente registrar que na dicção do art. 2º do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99), a instauração, o preparo, a instrução, a tramitação e a decisão do processo administrativo são regidos por princípios, dentre os quais se encontram o da verdade material, da legalidade, da garantia de ampla defesa e do devido processo legal:

“RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 2º Na instauração, preparo, instrução, tramitação e decisão do processo administrativo e dos procedimentos administrativos não contenciosos, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo e da garantia de ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito.

(...)”

Por sua vez, o art. 142 do CTN (Lei nº 5.172/1966), vincula a atividade fiscal às normas estabelecidas pela legislação tributária vigente, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação ao efetuar o lançamento do crédito tributário:

“CTN - LEI Nº 5.172/1966

(...)

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

(...)”

Destaco ainda, que o art. 20 do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99) expressamente determina que a nulidade seja decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato.

“RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 20. A nulidade será decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato.

(...)”

Do exame das peças processuais, observo a existência de vício jurídico intransponível, relativo à legalidade do lançamento, que é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação, observando o devido processo legal.

A Notificação Fiscal, ora em lide, trata da ocorrência da utilização irregular de equipamento auxiliar de controle fiscal (POS), pelo contribuinte R.B. NETO MERCADO POPULAR-ME, CNPJ 026.132.020/0001-00, o qual foi autorizado para uso no estabelecimento de razão social R F J COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ Nº 21.032.692/0001-20, tudo conforme descrição dos fatos e Termo de Apreensão e Ocorrências, (fls. 01 e 02).

Por meio da análise das peças constantes no processo, constato a existência do Termo de Apreensão e Ocorrências, s/nº, lavrado em 03/07/2017, e uma cópia com a identificação dos equipamentos apreendidos, (fl.03), não existindo nenhum comprovante de transações extraídos dos equipamentos apreendidos, documentos estes, essenciais para comprovar o uso irregular dos equipamentos, que redundou na apreensão e consequente lavratura da Notificação.

Note-se que a infração resulta do uso irregular de equipamento auxiliar de controle fiscal, para que se configure a violação da proibição prevista no § 11 do art. 202 do RICMS-BA/2012, e não da apreensão em estabelecimento diverso daquele para o qual esteja autorizado o uso, cuja vinculação se efetiva pelo número do Certificado Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ):

“Art. 202. O contribuinte fica obrigado a utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) no estabelecimento em que ocorrer vendas a varejo de mercadorias ou prestações de serviços a não contribuintes do ICMS.

[...]

§11. Não é permitido o uso de equipamento POS (Point of Sale) ou qualquer outro equipamento para registro de pagamento efetuado com cartão de crédito ou de débito automático em conta corrente que não esteja vinculado ao número de inscrição no CNPJ do estabelecimento usuário.”

Constata-se que, no presente caso, não restou plenamente caracterizada a conduta irregular do Notificado, referente à violação da proibição supracitada, posto que não existe no processo comprovantes extraídos dos equipamentos apreendidos, inexistindo, portanto, nos autos, elementos suficientes para se determinar com segurança, o cometimento da infração, por parte do Notificado.

Entendo que, no presente caso, cabia ao Estado/Administração, na pessoa do agente da fiscalização, a prova do uso indevido do equipamento, haja vista que a acusação fiscal trata da apreensão de equipamentos que estavam sendo utilizados irregularmente pela empresa Notificada. De fato, o Notificante não se desincumbiu desta prova.

Ressalte-se, que compete ao Agente Fiscal apresentar as provas necessárias à demonstração do fato arguido, consoante determinação expressa no inciso II do art. 41 do RPAF/99, a seguir transcrita:

Art. 41. O Auto de Infração far-se-á acompanhar:

(...)

II - dos demonstrativos e dos levantamentos elaborados pelo fiscal autuante, se houver, e das provas necessárias à demonstração do fato arguido.

(...)

No desempenho de sua função, o agente fiscal, na constituição do crédito tributário, está obrigado a observar as regras de direito material, como também as regras de direito formal, que determinam como deve proceder. Trata-se de atividade vinculada.

Importante destacar, também, que existem limitações quando do exercício das funções inerentes ao julgamento, conforme estabelecido no art. 153 do RPAF-BA/99, *in verbis*:

Art. 153. O órgão julgador formará o seu convencimento atendendo aos fatos e circunstâncias constantes no processo, às alegações e argumentações dos autos e à apreciação das provas.

Noutras palavras, o Julgador deve se restringir aos elementos constantes do processo e ao exame das provas carreadas aos autos.

Diante de tais constatações, e conforme dispõe a alínea “a” do inc. IV do art. 18 do RPAF-BA/99, considero que o lançamento é nulo, não sendo possível adentrar no mérito da lide.

De tudo quanto exposto, voto pela NULIDADE da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar NULA, em instância única, a Notificação Fiscal nº 095188.0054/17-6, lavrada contra **R. B. NETO MERCADO POPULAR – ME**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de setembro de 2020

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

